

A relação de comercialização entre as unidades estaduais escolares urbanas de dourados e os produtores da agricultura familiar

A aquisição da merenda escolar em Mato Grosso do Sul, faz parte das obrigações dos gestores, a mesma tem orientação própria conforme lei federal, na qual, 30% dos recursos devem ser destinados a compra de produtores oriundos da agricultura familiar. Esta política pública destina-se a auxiliar a permanência dos indivíduos no ambiente rural e ao mesmo tempo, proporcionar que a educação básica tenha melhor alimentação em relação aos aspectos nutricionais. O objetivo do artigo é investigar a percepção das escolas estaduais urbanas da cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, sobre o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), como relação à comercialização. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários estruturados, composto por questões abertas e fechadas, aplicadas a 76% das escolas estaduais urbanas. Foi possível identificar dificuldade na comercialização, devido a pouca procura dos produtores familiares no período de Chamada Pública, porém quando um agricultor familiar inicia as atividades de comercialização, tende a se manter uma constante, pois o mesmo atende as necessidades da escola e não há outros produtores que procuram as unidades escolares. Neste cenário, observam-se a necessidade da atuação dos órgãos públicos ou instituições de ensino que proporcionem capacitação aos agricultores familiares sobre práticas de comercialização.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Desenvolvimento Local e Apoio à Agricultura Familiar.

The between marketing regarding the state school golden units of urban and producers of family farm

The acquisition of school lunches in Mato Grosso do Sul, part of the obligations of managers, it has its own orientation as federal law, in which 30% of the resources should be allocated to purchasing products coming from family farming. This public policy is intended to assist the permanence of individuals in the rural environment and at the same time provide that basic education has better nutrition in relation to nutritional aspects. The paper aims to investigate the perception of urban state schools of the city of Dourados, Mato Grosso do Sul, on the development of the School Feeding Program (PNAE), as compared to marketing. To collect the data, structured questionnaires were used, composed of open and closed questions, applied to 76% of urban state schools. Were identified difficulty in marketing due to low demand for family farmers in the period from public call, but when a family farmer starts marketing activities, tends to remain constant, because it meets the needs of the school and there is no other producers seeking school units. In this scenario, we observe the need for action by public agencies or educational institutions that provide training to farmers on marketing practices.

Keywords: National School Nutrition Program; Local Development and Support for Family Agriculture.

Topic: **Extensão e Desenvolvimento Rural**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Luciana Virginia Mario Bernardo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2732409962619361>
lucianamario@yahoo.com.br

Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3192437658476559>
mayconds@hotmail.com

Erlaine Binotto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5823505442014380>
erlainebinotto@ufgd.edu.br

Received: **05/03/2016**

Approved: **10/08/2016**



DOI: 10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0001

Referencing this:

BERNARDO, L. V. M.; FARINHA, M. J. U. S.; BINOTTO, E.. A relação de comercialização entre as unidades estaduais escolares urbanas de dourados e os produtores da agricultura familiar. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.7, n.3, p.6-15, 2016. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0001>

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro de produção agrícola, segundo o IBGE (2006), posteriormente a 1996, sofreu mudanças que alteraram a caracterização do perfil deste tipo de produção, tanto na questão do emprego, quanto nas divisas territoriais, o que está relacionado a dois fatores: o primeiro no tocante às diversas atividades que as empresas agropecuárias desenvolveram posterior a esse ano e o segundo quanto ao fortalecimento e à expansão da agricultura familiar.

Segundo Guilhoto et al. (2007), geralmente as divulgações emitidas sobre a importância da agricultura familiar para o país estão atreladas ao âmbito social, sendo que um exemplo disso é a demonstração de que esse formato de produção está diretamente relacionado à redução do êxodo rural. Esses autores percebem esta agricultura a partir de uma inteiração com outros fatores, como é o caso da geração de riqueza local e, conseqüentemente, nacional, que pode ser identificada a partir da mensuração do PIB do agronegócio familiar.

Ocorre que a agricultura familiar, mesmo vindo em processo de desenvolvimento desde a década de 1990, ainda requer o uso de políticas públicas direcionadas às suas necessidades, observando o uso de recursos tecnológicos, financiamentos para a produção e implementação de técnicas que auxiliem em uma produção visando agregar valor e aumentar as possibilidades de comercialização (NAVARRO, 2010).

Um exemplo de ação direcionada (sem ser uma política propriamente pública) ao setor é o publicado pela Embrapa Gado de Leite (2014) contemplando informações nacionais com relação ao período de 2008 a 2014. Por conta dessa ação direcionada foram realizados investimentos relacionados à produção de leite no formato familiar, abrangendo, portanto, o bem-estar de futuras gerações de agricultores familiares, que, estimuladas, poderão continuar desenvolvendo as atividades produtivas com a garantia de bons parâmetros de sustentabilidade.

Como política pública propriamente dita pode ser citado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foco deste artigo, percebido por Triches e Schneider (2010) e por Alderete (2013) como um importante programa de desenvolvimento local baseado em duas vertentes, sendo elas: (i) melhorias na merenda escolar, promovendo ações em busca de uma alimentação escolar saudável e (ii), quando relacionado ao produtor familiar, incrementando vias para facilitar a comercialização da produção. Dadas essas duas características, Leite, Cardoso e Paim (2013) insistem em ver no PNAE uma relação direta com a promoção do desenvolvimento local. Assim, se o PNAE se estende ao território do país, pode-se dizer que é, também, um fato de promoção do desenvolvimento nacional

Nesse sentido, o objetivo do artigo é investigar a percepção das escolas estaduais urbanas da cidade de Dourados, no estado Mato Grosso do Sul, sobre o desenvolvimento do PNAE, com relação à comercialização dos produtos da agricultura familiar, no tocante às vantagens e às dificuldades existentes na aquisição desses alimentos.

Para a realização da coleta de dados optou-se por formular questões num questionário do tipo semiestruturado, composto, portanto, por questões abertas e fechadas. Tal questionário foi direcionado à

direção de cada unidade escolar estadual urbana de Dourados/MS, envolvendo todas as diferentes regiões da cidade, sabendo-se que elas englobam um expressivo número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio, o que influencia na distribuição dos recursos para a merenda e por elas não se localizarem próximas aos fornecedores familiares.

REVISÃO TEÓRICA

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O estado de Mato Grosso do Sul, em 2011, emitiu uma resolução sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estando essa resolução de acordo com a Lei Federal nº 11.947/2009 e integrandos as informações pertinentes às Secretarias de Estado da Educação, da Administração e da Fazenda no tocante ao programa. A resolução englobava o atendimento a todos os alunos da Educação Básica pública estadual, portanto englobava todos os alunos matriculados em escolas pertencentes ao sistema estadual (SED/MS; SAD/MS; SEFAZ/MS, 2011).

Nacionalmente o PNAE é regido pela mencionada Lei Federal nº 11.947/2009, que determina que um percentual dos recursos direcionados à merenda escolar seja destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo percentual mínimo fixado em 30% dos recursos recebidos com essa finalidade. O intuito é a garantia da aquisição de alimentos saudáveis, que possam complementar a alimentação dos alunos por meio do enriquecimento de vitaminas e de outros componentes considerados essenciais ao funcionamento do organismo humano e, ao mesmo tempo, é garantir incentivo a um desenvolvimento rural sustentável, contemplando uma redução da pobreza no campo (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, ALMEIDA; GOMES; LOPES, 2014).

O repasse financeiro às escolas, segundo a referida lei, é feito por meio do cálculo seguinte: nº de alunos atendidos X valor *per capita* X nº de dias letivos = valor do repasse. O número de alunos dessa fórmula é fixado como sendo o número de alunos matriculados no ano anterior, conforme o senso escolar oficial: o valor *per capita* é o fixado pelo governo federal por critérios próprios, sendo que, no período desta pesquisa, está fixado em R\$ 0,30 ao dia para estudantes da pré-escola até o ensino médio, considerando também a educação de jovens e adultos. Diferentemente, para alunos matriculados em creches em região indígena ou quilombola, considera-se o repasse de R\$ 0,60 ao dia. E, ainda, para os inseridos no Programa Mais Educação, o valor é alterado para R\$ 0,90. Tudo sempre considerando um período de no mínimo 200 dias letivos por ano (TCU, 2010).

O desenvolvimento do PNAE no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, pode ser considerado como satisfatório quanto à sua eficiência em relação ao que se propõe, ou seja, contribuir com a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, garantindo, assim, a manutenção do homem no campo e, ao mesmo tempo, nota-se um incentivo a uma alimentação mais saudável nas escolas públicas de nível básico (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, ALDERETE, 2013).

Em consonância, pode-se afirmar que esses resultados implicam positivamente a questão do desenvolvimento local, inclusive com relação também ao cooperativismo, como o percebido por Leite, Cardoso e Paim (2013). Esses pesquisadores identificaram os benefícios trazidos, por essa política institucional, à cooperativa estudada, bem como, a necessidade de adequação estrutural de diversos setores e componentes necessários para a garantia de produção em demanda suficiente ao atendimento das unidades escolares, assim como adequação dos meios de escoamento da mesma produção.

Agricultura Familiar

O Brasil identificou, no contexto de seu desenvolvimento rural, a existência da chamada agricultura familiar a partir da década de 1990, o que é considerado tardio em relação ao mundo ocidental civilizado. Mesmo assim, para que a atenção à agricultura familiar aumentasse, houve duas situações que impactaram os aspectos políticos e sociais que trouxeram à tona a importância desse perfil diferenciado de produção do setor agrário. A primeira situação esteve relacionada ao fortalecimento do movimento sindicalista nacional urbano, mas que também estava direcionado a conquistas no âmbito rural, e a segunda situação é a que engendrou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2006).

Silva (2010) destaca o importante agente social que a agricultura familiar se tornou para o agronegócio brasileiro, observando, assim, que seu desenvolvimento está inserido nesse cenário de negócios relacionados a produtos agrícolas finais ou que sejam considerados matérias-primas para outras cadeias produtivas. Assim, foi ocorrendo a identificação do impacto positivo trazido por esse formato de agricultura para a reforma agrária, bem como para melhor encaminhar soluções frente às dificuldades existentes para a formulação de políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário nacional.

Atualmente se pode afirmar que a atuação dos produtores rurais em propriedades caracterizadas como familiares está direcionada a diversos setores da economia. É o que Abramovay e Magalhães (2007) demonstraram ao indicarem, em sua pesquisa, o acesso desse tipo de produtor ao mercado relacionado ao biodiesel, o que demonstra também a possibilidade de ampliação do que é produzido e, conseqüentemente, do mercado de que essa produção poderá estar suprindo as necessidades.

Nesse sentido de diversificação de mercados para a comercialização, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) indica que as propriedades familiares estão distribuídas por todo o país e muitas delas estão direcionadas à produção orgânica, atendendo, em sua grande maioria, os mercados locais. O MDA indica ainda a existência do estímulo criado pelo mesmo órgão com o intuito de exportação desse tipo de produção, exemplificando, em sua divulgação, alguns produtores que possuem certificação internacional.

METODOLOGIA

A pesquisa é caracterizada como exploratória e, para o alcance de seu objetivo, inicialmente foi elaborado um questionário para aplicação às diretorias das escolas estaduais urbanas de Dourados. O

questionário era do tipo semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, indagando elementos relacionados à composição de características da unidade escolar, localização, agentes responsáveis pela aquisição dos alimentos e prestação de contas, considerando também se havia pessoal capacitado sobre o PNAE e os motivos para a comercialização com agricultores familiares, então referindo-se aos benefícios e dificuldades para a aquisição dos produtos.

Após a elaboração, foram aplicados 13 questionários dentre as 17 unidades escolares estaduais urbanas pertencentes ao município, sendo que as outras 4 unidades optaram por não participar da pesquisa. Foram consideradas 17 unidades, pois uma foi fundada em 2014, há poucos dias do desenvolvimento da pesquisa, o que impossibilitou sua participação, por ainda não ter adquirido produtos para a merenda escolar.

Os questionários foram aplicados por dois pesquisadores que se direcionaram, juntos, até as unidades escolares e solicitaram a colaboração dos diretores, em julho 2014. Depois desse período de busca de dados e já considerando as respostas obtidas ao questionário, foi realizada a análise dos dados coletados, análise feita a partir do uso de recurso estatístico de distribuição de frequência. Então é essa a atividade que embasa os resultados desta pesquisa, resultados também expressos por tabelas quando necessário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterizações das Escolas Pesquisadas

Em um total de 13 unidades, as escolas estaduais urbanas estão distribuídas por diversas áreas da cidade de Dourados. Segundo a Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA (2013), a cidade está dividida em nove regiões, nas quais foram situadas e quantificadas as unidades escolares conforme a divisão feita pela SEINFRA e expressa na Tabela 01.

Tabela 01: Localização das Unidades Escolares por Região da Cidade de Dourados.

Regiões da Cidade de Dourados	Quantidade de Unidades Escolares por Região
Região Ouro Verde	03
Região Parque Alvorada/Centro	07
Região Canaã III	02
Região Parque das Nações I	01
Total de Regiões: 04	Total de Unidades Escolares: 13

Dentre as nove regiões nas quais os bairros de Dourados estão distribuídos, a maioria das escolas estaduais está concentrada em quatro regiões, sendo destaque a Região Parque Alvorada/ Centro, que comporta sete das unidades escolares localizadas.

Também foi pesquisada a quantidade de alunos em cada escola, o que demonstra, aproximadamente, o número de alunos matriculados, assim como permite calcular o valor aproximado do repasse financeiro da merenda escolar, e, desse valor, a parcela destinada às compras junto à agricultura familiar, conforme as orientações do TCU (2010). Isso está indicado na Tabela 02.

Seguindo a orientação do cálculo publicado pelo TCU (2010), sobre o repasse financeiro para a merenda, e tendo em vista a Lei Federal nº 11.947/2009, que destina, desse repasse, o mínimo de 30% à

agricultura familiar e considerando que a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/1996) indica um quantitativo mínimo de 200 dias letivos de aulas em cada escola, teremos um repasse anual de R\$ 246.276,00 a essas 17 unidades escolares, valor exclusivamente destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar. Como apontado por Tupin (2009), obviamente se trata de um apoio ao fortalecimento do desenvolvimento local e, sobretudo, da agricultura familiar local.

Tabela 02: Alunos Matriculados por Região de Dourados.

Regiões da Cidade de Dourados	Quantidade de Alunos Matriculados em Dourados/Ano	Repasse Financeiro por Região ao dia – Agricultura Familiar
Região Ouro Verde	3.078	R\$ 277,02
Região Parque Alvorada/Centro	6.942	R\$ 624,78
Região Canaã III	1.882	R\$ 169,38
Região Parque das Nações I	1.780	R\$ 160,2
Total de Regiões 04	Total de Alunos Matriculados 13.682	Total do Repasse R\$ 1.231,38

Aquisições de Produtos da Agricultura

A maior das questões do questionário está dirigida à aquisição dos produtos. Em primeiro lugar buscou-se informações sobre o assessoramento da SED/MS com relação à capacitação dos representantes das escolas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Quanto a essa questão, todas as unidades pesquisadas afirmaram que foram capacitadas sobre o PNAE e o desenvolvem esse programa na escola há, pelo menos, cinco anos. A Tabela 03 indica a função daqueles que são responsáveis por realizar todo o processo de comercialização da merenda escolar.

Tabela 03: Função dos Profissionais da Educação Responsáveis pela Aquisição da Merenda Escolar.

Funções	Quantidade de Escolas
Direção	05
Direção em conjunto com a Associação de Pais e Mestres	05
Direção em conjunto com a Associação de Pais e Mestres e o Colegiado	01
Direção em conjunto com o Presidente da Associação de Pais e Mestres e o Secretário Escolar	02

O que é possível notar de pronto, e comentar, nessa tabela, é que em nenhuma dessas 13 escolas pesquisadas há somente uma função estrita ou específica para realizar a comercialização dos produtos, pois esse serviço está agregado como atribuição a mais para profissionais da escola com outra função principal e preexistente na unidade escolar, sendo repetitiva, em todos os casos, a presença da direção escolar em seu desenvolvimento, porém sempre conjuntamente com outros profissionais ou outro tipo personagem ligado à escola.

No que se refere à aquisição dos produtos da agricultura familiar, foi questionado se, neste ano de 2014, as escolas comercializaram com esse tipo de produtor rural. Registradas as respostas das escolas, verificou-se que, aproximadamente, 69% conseguiram realmente praticar a aquisição de produtos da agricultura familiar, porém 31% das unidades pesquisadas, mesmo realizando a Chamada Pública, não obtiveram êxito com a atividade, justificando o fato no questionário pela falta de procura dos produtores familiares pelo mercado das escolas. Os produtos que são comercializados, nessas unidades escolares, pela agricultura familiar podem ser identificados em alguns padrões que estão descritos na Tabela 04.

Tabela 04: Produtos da Agricultura Familiar Comercializados nas Escolas Pesquisadas.

Produtos	Quantidade de Escolas que Realizam a Aquisição dos Produtos Indicados
Legumes/ verduras/ frutas	05
Verduras/ frutas	01
Legumes/ frutas/ verduras/ mel	01
Mel/ frutas	01
Leite/ ovos/ mel/ legumes/ verduras	01
Não adquiriram produtos atualmente	04

A maioria das aquisições de alimentos de procedência rural é constituída de legumes, verduras e frutas. Trata-se de produtos com características regionais, ou seja, consistem de produção local, sendo que, além dos itens acima citados, há itens diferenciais, em algumas unidades escolares, ou seja, mel, leite e ovos. Também Filho e Teixeira (2012) descreveram os produtos comercializados para as escolas, na cidade de Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul, pela agricultura familiar, com base nas informações divulgadas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município, o que pouco diverge nos tipos de produtos comercializados em Dourados.

Com relação a essa comercialização, as diretorias das escolas foram questionadas sobre se percebem vantagens com relação a esse tipo de aquisição, ou se compram da agricultura familiar apenas por obrigatoriedade legal. O resultado está indicado na Tabela 05.

Tabela 05: Motivo para a Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

Motivo	Quantidade de Escolas
Considera ser vantajosa a aquisição	3
Considera a aquisição uma obrigatoriedade legal	6
Ambas	1
Não responderam	3

A maioria das unidades escolares considera essa aquisição da agricultura familiar apenas uma obrigatoriedade legal, e essa avaliação deve a algumas situações de dificuldades encontradas no processo, assunto que será descrito posteriormente.

Também direcionamos um questionamento aos fornecedores dos produtos, ou seja, os produtores familiares. Procurou-se identificar de que maneira eles comercializam com as unidades escolares. O questionário foi estruturado com questões fechadas com três opções de resposta, como consta da Tabela 06.

Tabela 06: Os Fornecedores Familiares e a Permanência de Comercialização.

Permanência de Comercialização	Quantidade de Escolas por Frequência
Com frequência	07
Sazonalmente	01
Existência de rotatividade de fornecimento	02
Não comercializam	03

Nota-se que um produtor, ao estabelecer uma comercialização inicial em uma escola estadual urbana, tende a manter essa comercialização ano após ano na unidade. A continuidade dessa comercialização se deve, então, à credibilidade criada junto à escola. Um dos fatores dessa credibilidade é, certamente, o cumprimento dos prazos de entrega, o que pode indicar uma possibilidade de, no mínimo, 53% de venda dos produtos frequentemente para o mesmo local.

Também é necessário indicar que existe uma diferença no número de escolas que não comercializam produtos da agricultura familiar quando comparada a Tabela 04 com a Tabela 06, por uma escola não ter comercializando neste ano com produtores familiares, porém já ter conseguido, em anos anteriores, e indicar a permanência como sazonalmente.

Vantagens e Dificuldades para as Escolas com a Compra de Produtos Provenientes da Agricultura Familiar

Diante da intenção da pesquisa de demonstrar a percepção das unidades escolares urbanas de Dourados, com referência aos produtos provenientes da agricultura familiar na merenda escolar, não poderiam deixar de ser questionadas, nas unidades, as vantagens e as dificuldades desse processo, tendo como fator norteador a opinião desse grupo percebido como o consumidor. A Tabela 07 indica as vantagens elencadas pelas escolas pesquisadas.

Tabela 07: Vantagens Indicadas pelas Unidades Escolares na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar.

Vantagens	Quantidade de Escolas
Alimentos frescos	2
Qualidade	4
Alimentos frescos e qualidade	1
Nenhuma vantagem	6

As informações prestadas pelas unidades escolares, com relação às vantagens, estão direcionadas, em sua maioria, à questão de que o agricultor familiar proporciona acesso a um alimento fresco e de qualidade, o que vem a contribuir com uma alimentação mais saudável. Triches e Schneider (2010) que esse indicador faz parte integrante do desenvolvimento do PNAE, o que, além de contribuir na fixação do homem no campo (no caso, o produtor familiar), proporciona um alimento diferenciado na merenda escolar, agregando valor ao desenvolvimento de uma cultura alimentar mais equilibrada e natural.

Diferentemente, porém, é expressivo o percentual das escolas (46,15%) que não percebem as vantagens dessa aquisição. Pode-se entender que essa percepção negativa decorre das dificuldades cotidianas encontradas no processo de negociação desses produtos, como descrito na Tabela 08.

Tabela 08: Dificuldades Indicadas pelas Unidades Escolares na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar.

Dificuldades	Quantidade de Escolas
Dos fornecedores, poucos procuram as escolas para vender	5
Existem poucos fornecedores na localidade e ocorrem problemas de documentação	2
Os fornecedores apresentam preços superiores aos do mercado	2
Ocorrem problemas de documentação, de transporte e de infraestrutura	1
A oferta de produtos apresenta pouca variedade	1
A distância da propriedade até a escola e também apouca variedade dos produtos são incompatíveis com as necessidades alimentares da escola	2

Assim, pela análise dos itens da Tabela 08, percebe-se, claramente, que a dificuldade da maioria das escolas pesquisadas está na relação de compra e venda. No comércio tradicional, são os fornecedores que acorrem com o intuito de conquistar os clientes para efetuarem a transação comercial. Quanto aos produtores rurais e as escolas, o que, na maioria dos casos, está ocorrendo é o contrário, pois são as escolas

(os compradores) que estão indo em busca de fornecedores familiares, assim procedendo para não terem que justificar, na prestação de contas ao governo, a falta dessa comercialização.

Algumas dessas dificuldades elencadas pelas direções das escolas são condizentes com as indicadas por Triches e Schneider (2010), principalmente no que se refere à documentação, fundamental e primordial para a efetivação legal da transação, devido à prestação de contas a ser realizada em razão da utilização de repasse de dinheiro público.

Destaque-se que as dificuldades no tocante ao transporte e à infraestrutura remetem, em verdade, a situações percebidas em outras vertentes do agronegócio, como informam Martins et al. (2005), ao considerarem que elas impactam nos preços finais da produção e também estão inseridas nas propriedades familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Lei Federal nº 11947/2009, todos os alunos matriculados em escolas públicas têm o direito de receber alimentação escolar saudável e adequada, oferecida com variedade de alimentos e que esteja de acordo com as orientações de segurança alimentar e nutricional. Tal direito visa contribuir com um processo de ensino-aprendizagem otimizado para toda a população escolar do ensino básico público. Assim, o PNAE, para além de buscar suprir as possíveis carências alimentares desse contingente da população escolar brasileira, pretende também estabelecer uma relação desse direito social das crianças com a aquisição de produtos da agricultura familiar, com isso buscando incentivar a comercialização da produção local e o desenvolvimento sustentável.

Notou-se, pelos dados levantados por esta pesquisa, que os agentes responsáveis pela compra nas unidades escolares possuem consciência da importância dessa comercialização envolvendo os agricultores familiares, por considerar uma maneira frequente de venda da produção e, ainda, aqueles que percebem a qualidade dos produtos entregues, o que contribui para a melhoria na merenda, porém as dificuldades encontradas para a comercialização fazem com que haja uma influência negativa nesse contexto.

Há um indicativo de que a comercialização dos produtos familiares não está atendendo a toda a demanda criada pelas escolas estaduais urbanas de Dourados, tendo em vista a existência de escolas que adquirem pouca variedade de produtos e, ainda, aquelas que não adquirem nenhum produto da agricultura familiar, isso justificado pela ausência desses produtores rurais familiares nas unidades escolares por ocasião da Chamada Pública para essa comercialização.

Desta maneira, compreende-se a necessidade de haver uma melhor articulação entre produtores e consumidores. Essa articulação certamente poderia ser desenvolvida por associações, cooperativas ou entidades públicas. Instituições que assumissem tal compromisso deveriam desenvolver atividades de auxílio aos produtores, desenvolvendo capacitações que abordem práticas de comercialização e compreensão desse processo, providenciando também a documentação exigida ao grupo, pois é item fundamental para a concretização da venda. Então, em âmbito de município, parece importante haver essa articulação institucional a favor da relação da merenda escolar com a agricultura familiar.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento de uma comercialização com unidades escolares pode ser percebido como uma atividade individual, pois cada uma das unidades escolares está organizada de maneira independente. Disso o fornecedor deverá ter ciência, sob pena de não conseguir atender as necessidades individualizadas das escolas. Algumas escolas, por exemplo, precisam ter algumas especificidades atendidas com relação à entrega dos produtos por não disporem de um amplo espaço de armazenamento de mercadorias, principalmente aquelas mercadorias consideradas perecíveis. Assim, assim as entregas deverão ser feitas em um maior número, o que implica melhorar a infraestrutura de armazenamento desse fornecedor, além de mais complexa programação no transporte para as entregas mais frequentes das mercadorias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. IN: CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ECONOMIA ALIMENTAR E AGROINDUSTRIAL. **Anais**. Londrina, 2007.
- ALDERETE, L. H. P.; CRUZ, F. T.. **A Contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Maçambará/RS**. Itaquí: 2013.
- ALMEIDA, I. C. P. D.; GOMES, R. M.; LOPES, S. R. S.. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. Brasília: 2014.
- EMBRAPA GADO DE LEITE. **Relatório Destaques 2008-2014**. Brasília: 2014.
- FILHO, P. S. A.; TEIXEIRA, J. C.. A agricultura familiar na merenda escolar da rede municipal de Nova Andradina – MS. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21. **Anais**. Uberlândia: 2012.
- GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C.. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35. **Anais**. Recife: ANPEC, 2007.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.
- LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei Federal nº 9.394/1996. Brasília: DOU, 1996.
- LEITE, C. E. C.; CARDOSO, S.; PAIM, M. P.. **Análise da importância do PAA e PNAE como impulsionadores do desenvolvimento local**: O Caso da COPTIL em Hulhas Negras/RS. São Lourenço do Sul: 2013.
- MARTINS, R. S.. Decisões estratégicas na logística do agronegócio: compensação de custos transporte-armazenagem para a soja no estado do Paraná. **Revista de Administração Contemporânea**, v.9, n.1, 2005.
- MDA. **Organic Products of Family Farming**. Brasília: MDA, 2013.
- SEINFRA. **Tabela 132**: bairros de Dourados Divididos por Região. 2013.
- SED/MS; SAD/MS; SEFAZ/MS. **Resolução Conjunta nº 01**. Campo Grande: 2011.
- SILVA, J. G.. Os Desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R.V.; NAVARRO, Z.. **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. IPEA, Brasília, 2010.
- SCHNEIDER, S.. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V.. **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.
- TCU. **Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: TCU, 2010.
- TUPIN, M. E.. Alimentação escolar como fator de desenvolvimento local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2009.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S.. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S.. Reconstruindo o “elo perdido”: A reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no Município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2010.